

UMA ANÁLISE DA MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA NAS IES FEDERAIS DO BRASIL

Profa. Dra. Mara Leite Simões; José Vilker Martins Marinho; Ana Lúvia Alves Dias

*Universidade Federal da Paraíba – (mara.lsimoes@gmail.com);
Universidade Federal da Paraíba – (jose_vilker@hotmail.com);
Universidade Federal da Paraíba – (analivia_alvesdias@hotmail.com)*

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma breve análise a respeito das matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em História das IES (Instituições de Ensino Superior) brasileiras, tendo como foco as instituições federais. Reunindo dados de uma IES por estado, buscamos fazer um paralelo entre as cargas horárias pedagógicas obrigatórias dos referidos cursos de cada estado, analisando o impacto, seja ele positivo ou negativo, das ditas cargas horárias mencionadas na formação docente da Licenciatura em História e de como isso afeta o ensino básico brasileiro no que diz respeito à disciplina de História oferecida no Ensino Fundamental. Para realizar tal pesquisa, foram analisados os projetos político-pedagógicos e as matrizes curriculares de 24 (vinte e quatro) estados do Brasil, considerando as IES federais de cada estado e tomando como base os sítios das referidas IES escolhidas. A pesquisa ainda levou em consideração os projetos político-pedagógicos elaborados num período de tempo que corresponde entre o início dos anos 2000, como é o caso do estado do Rio Grande do Norte, onde analisamos o projeto político-pedagógico do Centro de Ensino Superior do Seridó, datado de 2005, até um período mais recente ao qual foi redigido o presente artigo, como por exemplo, o estado de São Paulo, onde foi analisado o projeto político-pedagógico da Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP) datado de 2016. Os estados do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, estão fora dessa análise, pois, até o momento em que este artigo foi redigido, não estavam disponíveis dados exatos a respeito tanto de seus projetos político-pedagógicos como de suas respectivas matrizes curriculares.

Palavras-chave: Formação Docente; Matrizes Curriculares; Licenciatura em História.

INTRODUÇÃO

A História, como disciplina, vem buscando tomar sua posição como sendo uma ciência durante muitos séculos. Durante os séculos XVIII e XIX, essa busca pela cientificidade da História ganha força, e é nesse período que surgem novas metodologias e novas perspectivas, principalmente no que diz respeito ao modo como devem ser tratadas as chamadas fontes históricas.

Nomes como Leopold Von Ranke, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, ajudaram a consolidar métodos para a produção historiográfica no século XIX, enquanto que Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel, sendo

os dois primeiros fundadores da chamada Escola dos Annales, consolidaram outra perspectiva do método historiográfico durante o século XX. Tendo essas características de desenvolvimento em mente, é de se pensar que a institucionalização da História como disciplina não tardaria a acontecer.

No Brasil, foi no século XX, quando houve o surgimento dos primeiros cursos superiores de História, sendo o da USP, fundado ainda na primeira metade do século XX com o intuito de formar, em terras brasileiras, uma primeira geração de professores de história, capacitados para dar aulas nos diferentes níveis de ensino da época. Isto deu o pontapé inicial para a consolidação da História como disciplina no Brasil. Logo em seguida, surge o curso superior de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mais tarde incorporado à Universidade do Brasil. Nos dias atuais, todos os estados brasileiros possuem em suas respectivas universidades públicas o curso superior de História, estando todos eles encaixados na modalidade licenciatura, embora alguns poucos ainda ofereçam a modalidade bacharelado.

Mesmo com quase um século inteiro de diferença, podemos ver que, em tese, a preocupação em formar profissionais capacitados da área de História ainda é a mesma, ou melhor, evoluiu com a virada do século.

Sabendo-se que os alunos das licenciaturas serão futuros professores da Educação Básica e após a formação acadêmica (mestrado e doutorado) futuros docentes universitários, Simões (2003, 2010) acredita na formação docente, que seja construída desde a formação inicial do futuro educador. Esta formação requer da docência universitária uma relação de saberes complementares, isto é, o domínio restrito de uma área científica do conhecimento não é suficiente. O futuro professor deve desenvolver tanto um saber pedagógico quanto um saber político.

Neste olhar, começaram as pesquisas relacionadas aos vários cursos de licenciatura tendo como base as matrizes curriculares de cada licenciatura pesquisada. Foram analisadas as matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Matemática dos estados da Paraíba e de Pernambuco (SIMÕES, SOUZA e ALMEIDA, 2014). A mesma pesquisa teve como foco o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas dos estados da Paraíba e de Pernambuco (SIMÕES, VIANA e COSTA, 2015). Em seguida, investigamos as matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Matemática do Nordeste (SIMÕES e RIBEIRO, 2016). A mesma pesquisa agora com base nas matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Química da Região Nordeste do Brasil (SIMÕES e ARAÚJO, 2016).

Com o objetivo de analisar, comparar e identificar falhas na formação docente dos licenciandos da UFPB partimos para uma pesquisa em nível nacional, isto é, as vinte e sete (27) universidades federais, uma referente a cada estado mais o distrito federal. A análise teve como foco as matrizes curriculares do curso de Licenciatura em Matemática das IES federais do Brasil (SIMÕES e NASCIMENTO, 2017) referentes ao curso de Licenciatura em Química (SIMÕES, ARAÚJO e MENDES, 2017) e à pesquisa do curso de Licenciatura em Biologia (SIMÕES, VIANA e COSTA, 2017).

O presente artigo objetiva analisar a formação dos docentes do curso de Licenciatura em História nas Instituições de Ensino Superior federais do país, com o mesmo olhar das pesquisas anteriores. Para isso, é mister observar de modo geral a trajetória da institucionalização desse curso, sua estruturação curricular e a importância dada ao mesmo para a própria formação de uma mentalidade nacionalista.

BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA NO BRASIL

A Universidade de São Paulo (USP) foi a primeira a incorporar em seu componente de cursos o curso de História. De acordo com informações fornecidas em sua página virtual, a USP foi criada em 1934, sendo o referido curso, integrado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Isso se deu poucos anos após a formação da Universidade do Rio de Janeiro, que ficou conhecida posteriormente como Universidade do Brasil.

Para a formação do curso de História, a USP contou com a importante contribuição de historiadores franceses, entre os quais se encontrava um dos mais destacados pesquisadores da época, Fernand Braudel. Entre os anos de 1935 e 1937, Braudel, (Lima, 2005, p. 1) engajou-se totalmente no projeto de formação do curso de História. Isso explica a influência da historiografia francesa, especificamente da escola do Annales, na abordagem historiográfica adotada pelo curso na formação de seus discentes.

Inicialmente, o curso de História da USP estava vinculado ao curso de Geografia, sendo ministrado em conjunto com o mesmo. De acordo com Silva e Ferreira, “somente a partir de 1955, com a Lei 2.594, esses cursos se tornaram independentes” (2011, p. 286).

Seguindo os padrões estabelecidos pela Reforma Capanema, que foram organizados a partir dos valores ideológicos do governo Vargas, o curso de História deveria servir aos interesses nacionalistas do Estado Novo, proporcionando a formação de intelectuais pesquisadores, como também de professores para os

diferentes níveis de ensino no sistema educacional do país. Deve-se considerar o período em que essas iniciativas na direção da institucionalização dos primeiros cursos de História no Brasil foram tomadas. A década de 1930 foi marcada pelos ideários políticos do Estado Novo, que considerava de grande importância para seus interesses a construção de uma história do Brasil que estivesse imbuída pelo sentimento nacionalista.

A educação estava sendo estruturada para servir aos interesses do mercado, portanto, sua estrutura foi elaborada a partir da divisão já então existente entre as classes sociais, como também a divisão estabelecida do trabalho e de gênero. A preocupação maior do governo nesse período era com a formação de uma elite altamente preparada para servir aos cargos públicos e, dessa forma, contribuir para a modernização do país. O Brasil estava buscando o seu lugar ao sol no espaço das nações industrializadas e desenvolvidas. Portanto seguindo o entendimento da época, a educação era o meio mais eficaz para se alcançar o tão almejado progresso.

Criada um ano após a USP em 1935, a Universidade Federal do Rio de Janeiro dispunha em seu quadro o curso de História. Ela foi idealizada por Anísio Teixeira, um dos grandes defensores da escola pública para todos os níveis educacionais. Entretanto a Universidade Federal do Rio de Janeiro existiu apenas por quatro anos, como explica Córtez (2009, pp. 13-14), “por força do Decreto-Lei 1.063, de 20 de janeiro de 1939, todos os seus quadros técnicos, corpos docente e discente foram incorporados à Universidade do Brasil”. Este autor também aponta as finalidades dessa universidade:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituíam objeto de seu ensino. (CÔRTEZ, 2009, p. 14).

Na Universidade do Brasil foi fundada em 1939 a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), na qual se implantou o curso de História. Assim como na USP, o curso de História e o de Geografia eram ministrados como uma só graduação, mas vieram a ser separados bem posteriormente no ano de 1955. Isso se deu na esteira da ênfase na especialização dos conhecimentos, como também na departamentalização dos cursos universitários.

O objetivo do governo era promover a formação de professores, mas nesse período os historiadores se destacaram por sua atuação na interpretação dos acontecimentos nacionais. Eram intelectuais engajados, mas estavam mais presentes nos institutos históricos e

geográficos espalhados pelo país de onde a história do Brasil vinha sendo construída.

A ORIGEM DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA NO BRASIL

Durante a pesquisa, buscamos fazer um levantamento não só das matrizes curriculares das IES aqui trabalhadas, mas também da data de fundação dos cursos com os quais trabalhamos. Para isso, utilizamos o sítio eletrônico do e-MEC, onde pudemos observar que, dentre as IES que analisamos, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) possui o curso de História mais antigo, datando de 1938, enquanto que a Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) possui o curso de História mais recente dentre elas, datando de 2013.

Apresentamos uma lista com as datações da fundação dos cursos de História nas respectivas IES em ordem cronológica: Universidade Federal do Paraná (UFPR - 1938); Universidade Federal da Bahia (UFBA - 1941); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE - 1950); Universidade Federal de Sergipe (UFS - 1951); Universidade Federal da Paraíba (UFPB - 1952); Universidade Federal de Alagoas (UFAL - 1952); Universidade Federal do Maranhão (UFMA - 1953); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES - 1953); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG - 1957); Universidade Federal do Piauí (UFPI - 1958); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC - 1959); Universidade Federal de Goiás (UFG - 1968); Universidade Federal do Ceará (UFC - 1972); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN - 1974); Universidade Federal do Acre (UFAC - 1976); Universidade Federal do Amazonas (UFAM - 1981); Universidade Federal de Rondônia (UNIR - 1983); Universidade Federal do Amapá (UNIFAP - 1990); Universidade Federal do Tocantins (UFT - 1998); Universidade Federal de Roraima (UFRR - 2006); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ - 2006); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP - 2007); Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT - 2010); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA - 2013).

Devemos ressaltar que, no caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, trabalhamos com o curso de História do CERES – Campus de Caicó, por isso a datação mais recente, uma vez que o curso de História é disponibilizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte desde o ano de 1957, porém no campus localizado na cidade de Natal.

Devemos destacar que analisamos aqui apenas a carga horária pedagógica obrigatória dos cursos de Licenciatura em História, pois, ao adicionarmos disciplinas optativas, a carga horária torna-se variável, uma vez

que os alunos em formação podem escolher essa carga horária extra para desenvolver melhor sua formação no que se diz respeito à pesquisa e à formação como historiador e não como docente.

Sendo assim, foram utilizados as matrizes curriculares e projetos pedagógicos das seguintes Instituições: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), que passamos a apresentar a análise referente a cada IES.

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) possui uma carga horária de 2.945 horas, sendo 705 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) possui uma carga horária de 3.209 horas, sendo 578 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) possui uma carga horária de 2.830 horas, sendo 1.035 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) possui uma carga horária de 2.865 horas, sendo 705 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) possui uma carga horária de 2.985 horas, sendo 765 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) possui uma carga horária de 3.215 horas, sendo 820 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) possui uma carga horária de 2.865 horas, sendo 705 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) possui uma carga horária de 3.300 horas, sendo 1.090 reservadas à formação docente.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) possui uma carga horária de 2.805 horas, sendo 885 horas reservadas à formação.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) possui uma carga horária de 3.050 horas, sendo 945 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui uma carga horária de 3.006 horas, sendo 1.338 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal de Goiás (UFG) possui uma carga horária de 2.800 horas, sendo 976 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal do Ceará (UFC) possui uma carga horária de 3.372 horas, sendo 784 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) possui uma carga horária de 2.820 horas, sendo 700 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal do Acre (UFAC) possui uma carga horária de 2.930 horas, sendo 600 horas reservadas às disciplinas pedagógicas.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) possui uma carga horária de 2.865 horas, sendo 795 reservadas à formação docente.

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) possui uma carga horária de 3.400 horas, sendo 760 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) possui uma carga horária de 3.420 horas, sendo 1.260 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) possui uma carga horária de 3.015 horas, sendo 900 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) possui uma carga horária de 2.810 horas, sendo 1.080 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) possui uma carga horária de 3.240 horas, sendo 790 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) possui uma carga horária de 3.040 horas, sendo 1.000 horas reservadas à formação docente.

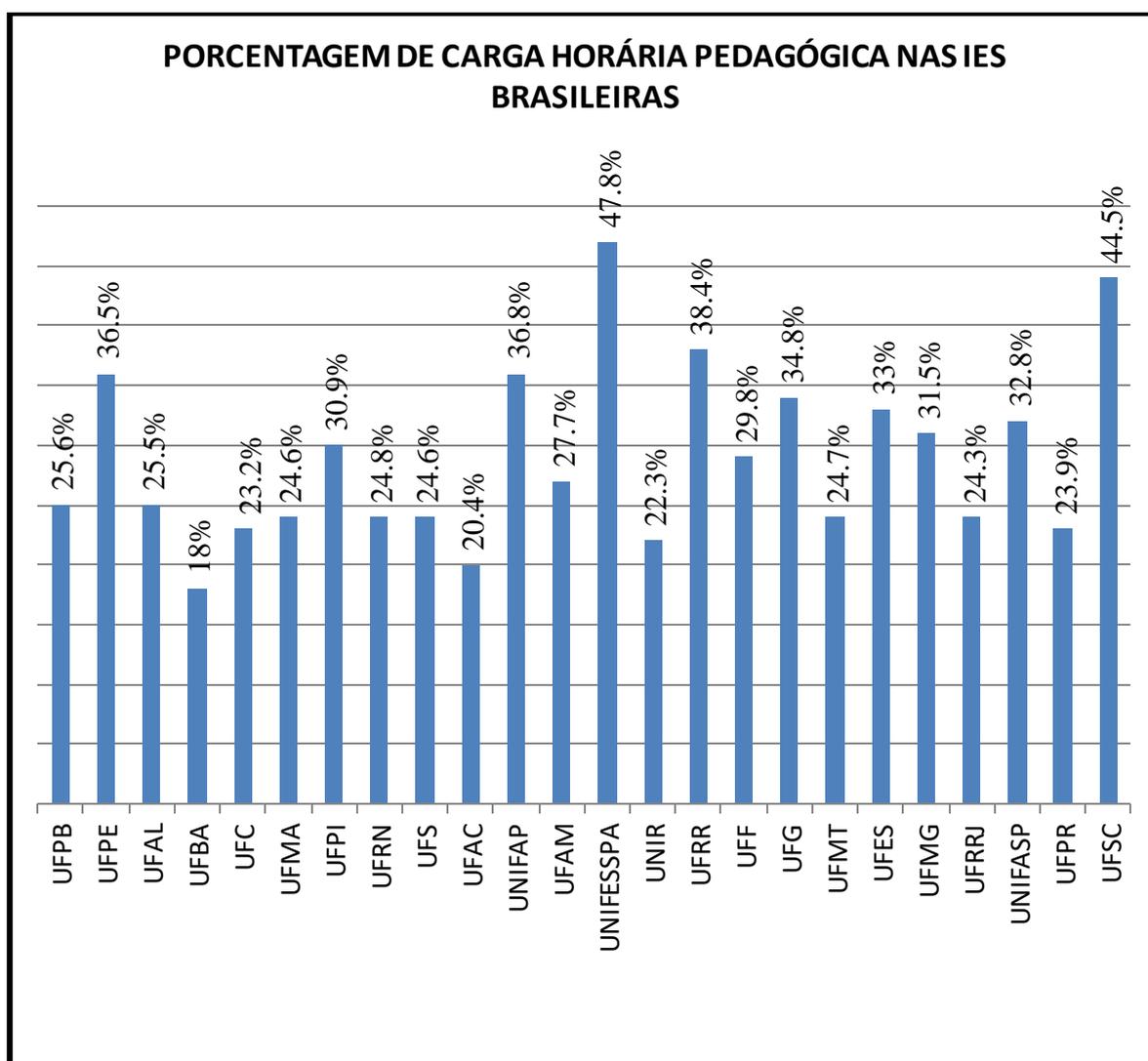
A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) possui uma carga horária de 3.268 horas, sendo 808 horas reservadas à formação docente.

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) possui uma carga horária de 3.056 horas, sendo 1.462 horas reservadas à formação docente.

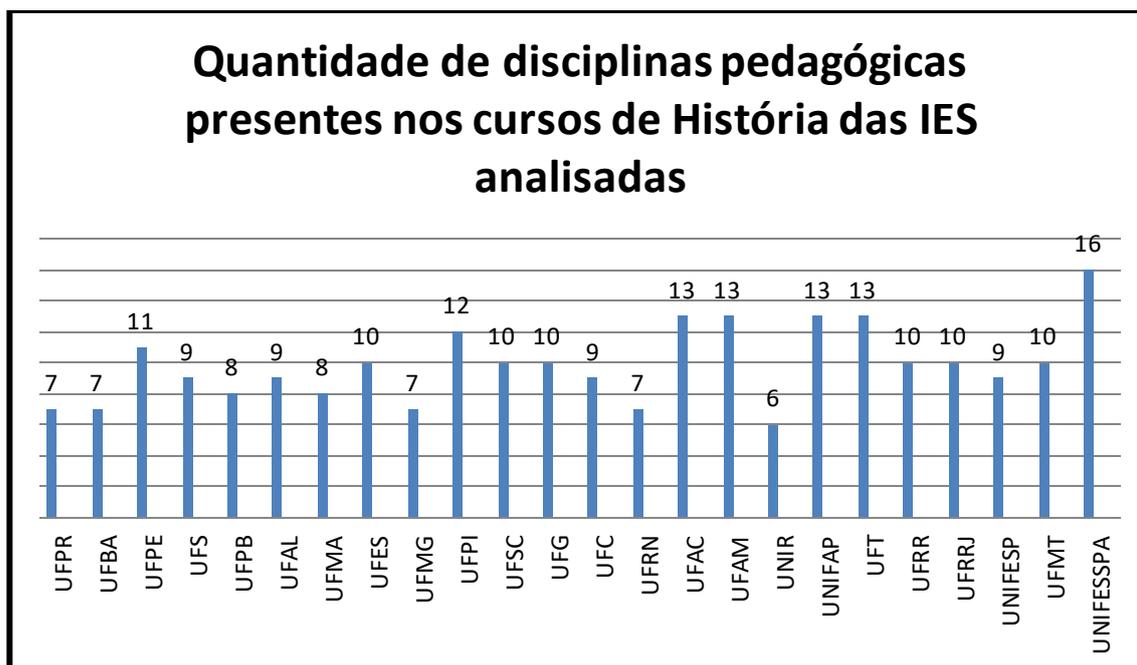
Por falta de dados mais exatos, não apresentamos aqui informações sobre as Instituições dos estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e também do Distrito Federal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Reunidos os dados, elaboramos dois gráficos, um deles mostrando a porcentagem de carga horária, enquanto o outro mostra a quantidade de disciplinas pedagógicas presentes nos cursos de Licenciatura em História das IES analisadas:



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Como podemos ver as IES que se sobressaem em relação às demais são a UNIFESSPA e a UFSC, ambas com mais de 40% de suas respectivas cargas horárias reservadas à formação docente de seus alunos. Em contrapartida, a UFBA apresenta a menor carga horária pedagógica das IES que foram analisadas.

Em relação às demais IES, vemos que 14 (quatorze) delas se mantêm com carga horária pedagógica entre 20% e 30% de suas cargas horárias totais, enquanto 8 (oito) delas possuem carga horária pedagógica na faixa entre 30% e 40%.

Com o levantamento desses dados, podemos estabelecer uma média de 29.4% de carga horária reservada à formação docente nas IES brasileiras. Tendo esse número em mente, observamos que 14 (quatorze) IES estão em uma linha abaixo da média nacional, enquanto 11 (onze) delas estão acima da média.

É válido, porém, ressaltar que algumas dessas IES, como por exemplo, a UFAM, a UFPB e a UFAL, se mantêm próximas à média nacional com carga horária pedagógica de 27.7%, 25.6% e 25.5% respectivamente, ficando, portanto, abaixo da média por aproximadamente 2% no caso da UFAM, e 4% nos casos da UFPB e UFAL.

A UFBA e a UNIFESSPA representam, nesta pesquisa, os dois extremos de carga horária pedagógica, sendo a UFBA aquela com a menor carga (18%) e a UNIFESSPA aquela com a maior carga (47.8%). A UFBA, embora possua

uma carga horária menor que as demais IES, possui em sua matriz curricular disciplinas pontuais para a formação do docente brasileiro, tais como Organização da Educação Brasileira, Fundamentos Psicológicos da Educação e Didática e Práxis Pedagógica de História, essa última sendo a que funciona como uma espécie de Estágio Supervisionado dentro do contexto do curso.

Vale ressaltar também que o curso de Licenciatura em História da UFBA obedece à Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que torna obrigatória a inserção de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como componente curricular de caráter obrigatório dentro dos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior.

A UNIFESSPA possui uma matriz curricular mais abrangente no que diz respeito à formação docente, tendo dentro de sua carga horária 4 (quatro) etapas de Estágio Supervisionado e um núcleo de PPC (Prática Curricular Continuada) com 7 (sete) etapas, cada uma delas sendo responsável por preparar o aluno para diversas situações as quais ele certamente irá enfrentar durante a prática da profissão docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até os dias atuais, a disciplina de História ainda é componente curricular obrigatório na educação básica (ensinos fundamental e médio), tendo isso em mente, é preocupante que 14 (quatorze) IES das 24 (vinte e quatro) analisadas nesta pesquisa possuam uma porcentagem de carga horária voltada para a formação docente inferior à média nacional.

Essa diferença resulta numa deficiência na formação docente dos cursos de Licenciatura em História em algumas IES brasileiras, deficiência a qual tem suas consequências vistas nos projetos governamentais referentes à reforma educacional, a qual deseja retirar a disciplina de História da grade curricular obrigatória do ensino médio.

Considerando o contexto sócioeducacional brasileiro, é sensato afirmar que, dentro da educação básica, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, por exemplo, são as mais importantes, e devem permanecer no currículo obrigatório, pois são fundamentais no decorrer do desenvolvimento dos alunos brasileiros. Dito isso, é igualmente importante assinalarmos o caráter essencial do estudo das ciências humanas e sociais na educação básica.

É nesse ponto que devemos voltar nossa atenção para a formação docente. Como dito anteriormente, uma parte considerável das IES brasileiras possuem uma média de carga horária pedagógica menor que a média nacional, algo

que acontece com mais frequência na Região Nordeste e em alguns estados da Região Norte, ambas as regiões possuem grandes centros populacionais. Estados como a Paraíba, a Bahia, Rondônia e o Maranhão apresentam deficiência na formação de seus professores de História, se compararmos com estados como o Pará, Santa Catarina e Roraima.

Ressaltamos aqui a importância de uma revisão do currículo de formação docente nos cursos de Licenciatura em História no Brasil, tanto dentro daquelas IES que hoje estão abaixo da média nacional, quanto daquelas que estão acima. Assim, devem ser feitos questionamentos, tais como: a carga horária pedagógica dentro do contexto sócioeducacional de cada estado é suficiente? Essa carga horária está sendo bem direcionada aos estudantes, ou seja, as disciplinas que fazem parte da formação docente são realmente úteis para a prática docente? Existe um equilíbrio entre o conhecimento específico, nesse caso, o conhecimento histórico, e o conhecimento e as práticas pedagógicas?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CES 1.303/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura.

BRASIL. **Resolução CNE/CP N° 01/2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL/MEC/CNE. **Resolução CNE/CP N° 2/2002**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

CÔRTEZ, Norma. **Setenta anos de História na UFRJ (1939-2009)**. Revista Phoenix. Laboratório de História Antiga/ UFRJ, Ano 15, v. 15. n. 2., Mauá- RJ, 2009.

LIMA, Luís Corrêa. **Fernand Braudel e o Brasil**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0606.pdf>> Acesso em: 17/04/18.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Reforma Capanema. Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001.

SILVA, Norma Lucia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. História & Ensino**. Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011.

SIMÕES, Mara Leite. **Retrocessos e avanços da formação docente: um estudo sobre o curso de licenciatura em Matemática da UFPB**. Dissertação de Mestrado. PPGE/CE/UFPB. João Pessoa – PB, 2003.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

_____. **Os saberes pedagógicos dos professores do ensino superior: o cotidiano de suas práticas.** Tese de Doutorado. PPGE/CE/UFPB. João Pessoa – PB, 2010.

SIMÕES, Mara Leite; SOUZA, Amanda dos Santos e ALMEIDA, Carla Manuelle Silva de. **Uma análise da matriz curricular do Curso de Licenciatura em Matemática da UFPB.** Anais do Congresso Nacional de Educação –I CONEDU, v. 1, 2014.

SIMÕES, Mara Leite; VIANA, Emanuelle Macêdo e COSTA, Rayanna Karolina Andrade da. **Formação Docente: uma análise da matriz curricular do curso de licenciatura em ciências biológicas da UFPB.** Anais do Congresso Nacional de Educação –II CONEDU, Campina Grande – PB, 2015.

SIMÕES, Mara Leite e RIBEIRO, Mayara de Souza. **Formação pedagógica do professor de matemática: uma análise das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em matemática.** Anais do Congresso Nacional de Educação – III CONEDU, v. 1, 2016.

SIMÕES, Mara Leite e ARAÚJO, Taynná Kevla Lopes de. **Uma análise da matriz curricular dos cursos de licenciatura em química da região nordeste.** Anais do Congresso Nacional de Educação – III CONEDU, v. 1, 2016.

SIMÕES, Mara Leite; VIANA, Emanuelle Macêdo e COSTA, Rayanna Karolina Andrade da. **Uma análise da matriz curricular dos cursos de licenciatura em biologia das IES federais do Brasil.** Anais do Congresso Nacional de Educação - IV CONEDU, v. 1, 2017.

SIMÕES, Mara Leite e ARAÚJO, Taynná Kevla Lopes de e MENDES, Rhuan Karlos Santos. **Uma análise da matriz curricular dos cursos de licenciatura em química das IES Federais do Brasil.** Anais do Congresso Nacional de Educação – IV CONEDU, v. 1, 2017.

SIMÕES, Mara Leite e NASCIMENTO, Daniel Tavares do. **Uma análise da matriz curricular dos cursos de licenciatura em matemática das IES Federais do Brasil.** Anais do Congresso Nacional de Educação – IV CONEDU, v. 1, 2017.